

# Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018

# Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

## Relatório da administração

### 1. Mensagem da administração

A administração da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### 2. A Companhia

A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

A Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (“Celeo”).

### 3. Principais acontecimentos no exercício

#### (a) Integralização de capital

No dia 12 de janeiro e 31 de outubro de 2018, os acionistas integralizaram (conforme suas participações), a quantia de R\$ 10 mil e R\$ 90 mil. Após essas integralizações, o capital subscrito da Companhia foi totalmente integralizado.

#### (b) Fase pré-operacional

A Companhia encontra-se em fase de construção da sua linha de transmissão e conforme contrato de concessão, tem previsão de entrar em operação comercial em março de 2023.

### 4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

#### (a) Diretoria

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia.

## **5. Declaração da Diretoria**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam as demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da  
Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período entre 12 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período entre 12 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ- 086312/O-6

## Balanço patrimonial

### Em 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	2018
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.157
Outros ativos		1.155
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.312</b>
Ativo de contrato	9	121.690
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>121.690</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>121.690</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>126.002</b>
Fornecedores	17 (b)	1.212
Impostos e contribuições a recolher		33
Adiantamento para futuro aumento de capital	17 (a)	19.340
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>20.585</b>
PIS e COFINS diferidos	10	11.256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 16	31.475
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>42.731</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>63.316</b>
Capital social	13 (a)	100
Reserva de lucros	13 (b)	62.586
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>62.686</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>126.002</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

### Período de 12 de janeiro a 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	2018
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>14</b>	<b>110.433</b>
Custos de construção	15	(16.331)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(16.331)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>94.102</b>
Serviços de terceiros		(44)
Outros		3
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(41)</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>94.061</b>
Receitas financeiras		4
Despesas financeiras		(4)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>-</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>94.061</b>
Imposto Diferido		(31.475)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>11 e 16</b>	<b>(31.475)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>62.586</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

### Período de 12 de janeiro a 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	2018
Lucro líquido do período	62.586
Outros resultados abrangentes	-
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b>62.586</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

### Período de 12 de janeiro a 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital social			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros		
<b>Saldo em 12 de janeiro de 2018 (constituição)</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital em 12 de janeiro		100	(100)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 12 de janeiro de 2018		-	10	10	-	-	-	-	10
Integralização de capital em 31 de outubro de 2018		-	90	90	-	-	-	-	90
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	62.586	62.586
Reserva Legal	12 (a)	-	-	-	20	-	-	(20)	-
Reserva de lucros a realizar	12 (c)	-	-	-	-	15.642	-	(15.642)	-
Reserva de retenção de lucros	12 (b)	-	-	-	-	-	46.924	(46.924)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>100</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>15.642</b>	<b>46.924</b>	<b>-</b>	<b>62.686</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa

### Período de 12 de janeiro a 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período		62.586
Ajustes para:		
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 16	31.475
- PIS e COFINS diferidos	10	11.257
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>105.318</b>
Variações em:		
- Outros ativos		(1.155)
- Fornecedores		1.212
- Impostos e contribuições a recolher		32
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>105.407</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>105.407</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Ativo de contrato - construção	14	(121.690)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(121.690)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	13 (a)	100
Adiantamento para futuro aumento de capital	17 (a)	19.340
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>19.440</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.157</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>3.157</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

A Companhia encontra-se em fase de construção da sua linha de transmissão e conforme contrato de concessão, tem previsão de entrar em operação comercial em março de 2023. Durante esta fase pré-operacional, dependerá dos aportes de capital de seu acionista e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras, até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

A Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo")

#### 1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 02/2018 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados do Piauí e Ceará, compostas pela: (i) linha de transmissão Parnaíba III – Tianguá II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 111 km, com origem na Subestação Parnaíba III e término na Subestação Tianguá II; (ii) linha de transmissão Acaraú II – Acaraú III, em 230kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Acaraú II e término na Subestação Acaraú III; (iii) Linha de Transmissão Ibiapina II – Tianguá II, em 230 kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Tianguá II; (iv) Linha de Transmissão, em 230kV, Ibiapina II – Piripiri, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Piripiri; (v) linha de Transmissão Piripiri – Teresina III, em 230kV, circuitos simples, primeiro circuito; (vi) SE Parnaíba III, novos pátios 500/230-13,8kV (6+1R)2 x 200 MVA, 230/138kV 2 x 150 MVA; pela SE Acaraú III, novos pátios 500/230-13,8kV, (6+1R) x 250 MVA; (vii) Conexões de unidades de transformação; (viii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A entrada em operação está prevista para março de 2023.

O Contrato foi assinado no dia 8 de março de 2018 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 8 de março de 2048.

## 1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP estipulada no contrato de concessão para a Companhia é de R\$ 85.271.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) revisará a Receita Anual Permitida (“RAP”) da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A RAP da Companhia é reajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

## 2 Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 22 de maio de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

## 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## 5 Uso de estimativas e julgamentos

As preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 9 e reconhecimento, quando aplicável, de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## 6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

### 6.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

#### (a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

#### i. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

#### **i.1 Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros**

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

#### **ii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

##### **ii.1 Ativos financeiros ao VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

##### **ii.2 Ativos financeiros ao custo amortizado**

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### ii.3 Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## 6.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

### 6.3 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece que o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

#### **6.4 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

##### **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 6.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

## 6.6 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

## 7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Vigente a partir de	
	01/01/2019	01/01/2020
<b>Normas e interpretações técnicas</b>		
CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos.	•	
IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.	•	
Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).	•	
Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.	•	
Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.		•

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação do CPC 06 (R2) e do IFRIC 23.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

		2018
Conta corrente		585
Compromissadas	(a)	2.572
		<b>3.157</b>

As aplicações financeiras foram proporcionadas pelo adiantamento para futuro aumento de capital da sua controladora Celeo.

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas, atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 50% do CDI com vencimento em janeiro de 2019.

## 9 Ativo de contrato

12/01/2018	Receita de construção	2018
-	121.690	121.690

## 10 PIS e COFINS diferidos

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato.

## 11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

12/01/2018	Despesa	2018
-	31.475	31.475

## 12 Passivos contingentes

A Companhia não possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2018.

## 13 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 100.000 dividido em 100.000 mil ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1 (um real) cada uma.

	Quantidade de ações
	2018
Celeo Redes Brasil S.A.	99.999
Jose Angel Lostao Unzu	1
	<b>100.000</b>

### (b) Reserva de lucros

#### i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Como o capital social da Companhia é de R\$ 100, foi constituído somente R\$ 20 para a reserva legal.

#### ii. Reserva de lucros a realizar

Conforme artigo 197 da Lei 6.404/76 o montante do dividendo obrigatório ultrapassou a parcela realizada do lucro líquido do exercício. Por esse motivo o montante dos dividendos mínimos obrigatórios estão nessa conta.

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

#### iii. Reserva de retenção de lucros

O montante do lucro líquido após as destinações legais são reconhecidas nessa conta.

## 14 Receita operacional líquida

	2018
Ativo de contrato - construção	121.690
<b>Receita bruta</b>	<b>121.690</b>
Pis e COFINS diferidos	(11.257)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(11.257)</b>
	<b>110.433</b>

## 15 Custos de construção

Refere-se aos materiais e outros custos relacionados à construção da linha de transmissão da Companhia.

## 16 Imposto de renda e contribuição social

	2018
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>94.061</b>
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(31.981)
(Adições) exclusões	506
<b>(Despesa) de IR e CS à alíquota efetiva</b>	<b>(31.475)</b>
Alíquota efetiva	33%

## 17 Transações com partes relacionadas

### (a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controladora Celeo realizou diversos valores a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

### (b) Transações comerciais

Durante o exercício de 2018 a Celeo pagou despesas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo em aberto com a Celeo é de R\$ 674 e está reconhecido na rubrica de fornecedores.

### (c) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 não houve despesas com a remuneração dos administradores. A remuneração é realizada pela Celeo.

## 18 Gestão de riscos financeiros

### (a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

**i. Gestão de risco de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

**ii. Gestão de risco de mercado**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

**iii. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

**iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

**iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

**iv. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

**(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	2018	Risco	Cenários		
			(i)	(ii)	(iii)
Caixa e equivalentes de caixa	3.157	Redução do CDI	205	154	103

\* fonte: relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018 publicado no site do Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)). O CDI para o cenário provável (6,5%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2019.

**(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros**

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

## 19 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 52.129 para danos materiais.

Francisco Antolin Chica Padilla  
Diretor Financeiro

José Mauricio Scovino de Souza  
Diretor Técnico

Bruno Marcell S. M. Melo  
Contador  
CRC-RJ 111193/O-8